



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0011260-74.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
 Requerente: **Divina dos Reis Pinto Rodrigues**
 Requerido: **J Mahfuz Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustentou a autora que o réu, dirigindo caminhão pertencente à ré, colidiu contra veículo de sua propriedade quando ele estava estacionado em via pública local.

Já os réus alegaram que a colisão teve vez quando o motorista do automóvel da autora encetou manobra para estacionar em local proibido, atingindo o caminhão.

As preliminares suscitadas em contestação entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

No cotejo das versões apresentadas pelas partes a propósito do evento em apreço, reputo que prepondera a da autora.

Isso porque ela foi respaldada pela testemunha presencial Anderson Luiz Garbuio, a qual confirmou que o filho da autora estacionara o automóvel da mesma somente depois suceder o impacto com o caminhão da ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Muito embora se reconheça que as testemunhas arroladas pelos réus tenham prestigiado sua explicação, o vínculo trabalhista existente entre as mesmas e a ré faz com que tais depoimentos sejam vistos com natural reserva, ao contrário daquele prestado pela testemunha Anderson.

Bem por isso, acolhe-se o que no particular asseverou a autora, de sorte que resta configurada a responsabilidade dos réus.

Nem se diga que a circunstância eventual do automóvel da autora ter sido estacionado em local irregular alteraria o quadro delineado.

Com efeito, sabe-se que em situações como a posta nos autos é pacífica na jurisprudência a orientação de que existe “*presunção de culpa do motorista que colide seu veículo com outro que se encontrava estacionado, ainda que irregularmente*” (TJSP, Apelação nº 0003780-19.2009.8.26.0038, 35ª Câmara de Direito Privado, j. 17-06-2013, rel. Des. **JOSÉ MALERBI**).

Diante disso, incumbe ao motorista do veículo em movimento, ao alegar culpa concorrente ou exclusiva do motorista do veículo estacionado, demonstrar a relevância da conduta do mesmo, vale dizer, evidenciar em que medida o estacionamento em lugar proibido contribuiu para o acidente.

A doutrina já perfilhou esse mesmo entendimento ao assentar que “*nada justifica a conduta do motorista que colide em veículo estacionado [...]. Fora hipótese de fortuito ou força maior, sua responsabilidade é presumida, presunção essa 'juris tantum' e que, portanto, admite prova em contrário, não obstante decorra do só fato do abalroamento*” (**RUI STOCO**, “Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência”, 8ª edição, São Paulo, RT, 2011, p. 1.638).

No mesmo sentido se posicionam as decisões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Apelação nº 0020870-65.2011.8.26.0007, 35ª Câmara de Direito Privado, j. 05-11-2012, rel. Des. **ARTUR MARQUES**; Apelação nº 0014793-97.2008.8.26.0604, 32ª Câmara de Direito Privado, j. 03-05-2012, rel. Des. **FRANCISCO OCCHIUTO JÚNIOR**; Apelação nº 0217047-19.2008.8.26.0100, 31ª Câmara de Direito Privado, j. 26-06-2012, rel. Des. **PAULO AYROSA**.

Como no caso dos autos nada evidencia que o estacionamento do automóvel da autora de algum modo foi a causa ou contribuiu para o acidente, prospera o pleito deduzido para impor-se a condenação dos réus ao pagamento do valor postulado para sua recomposição patrimonial.

Solução diversa aplica-se ao pedido para recebimento de lucros cessantes, porquanto nenhum dado concreto foi amealhado para sequer vislumbrar que em decorrência do reparo do veículo a autora tenha deixado de auferir valores cujo ressarcimento seria de rigor.

Seria indispensável quanto ao tema delimitar com precisão o uso do veículo para a obtenção de rendimentos, a exemplo da extensão destes, mas a autora não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar os réus a pagarem à autora a quantia de R\$ 2.010,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e de juros de mora, contados da citação.

Caso os réus não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**